

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DE 2ª CLASSE EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 3/2018 – PROCURADOR NORMATIVO

6 0 1 PROCURADOR DE 2ª CLASSE

Dia 1 (Direito Constitucional e Direito Administrativo)

Data e horário da prova:
Quarta-feira, 13/3/2019, às 14 h.

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno contendo 3 (três) questões discursivas e 1 (uma) peça jurídica.
- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar suas folhas de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova discursiva 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES as folhas de texto definitivo da prova discursiva devidamente assinadas.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Somente será permitida a consulta aos materiais previstos na listagem publicada no Edital de Convocação e comunicados para as Provas Discursivas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em documento específico e nele posicionadas as respectivas assinaturas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos nas folhas de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- As folhas de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas para as folhas de texto definitivo.
- As respostas às questões discursivas deverão ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- A peça jurídica não terá extensão mínima ou máxima de linhas. Caso necessite de mais folhas, solicite ao fiscal.
- O candidato receberá 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva para cada questão e 5 (cinco) folhas para a peça jurídica. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão/peça jurídica pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre questão e folha de texto definitivo, sob pena de ter a sua questão/peça jurídica avaliada negativamente.

QUESTÃO DISCURSIVA – 1.1

DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Com base sobretudo na Constituição do Estado de Goiás e na Constituição Federal, analise, de forma fundamentada, as questões a seguir, relacionadas ao processo legislativo.

- a) O governador envia à Assembleia Legislativa projetos de lei dispendo acerca da criação de delegacia da Polícia Civil, a respeito da instituição de região metropolitana e quanto à extinção de vários cargos públicos vagos da administração pública. Quais são os atos normativos juridicamente adequados para regulamentar tais matérias? Discorra, em linhas gerais, com relação ao processo legislativo de cada um desses atos normativos.
- b) Suponha que seja apresentada uma Proposta de Emenda Constitucional à Assembleia Legislativa de Goiás, autorizando a revisão da Constituição Estadual a cada cinco anos, mediante proposta de um terço dos deputados estaduais, considerando-se aprovada se obtiver o voto da maioria absoluta dos deputados estaduais, nos termos do rito procedimental estabelecido no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Analise o caso hipotético em consonância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e da doutrina dominante.
- c) Lei de iniciativa parlamentar que disponha acerca de órgãos da administração pública ofende, na jurisprudência do STF, importantes princípios constitucionais, quais sejam o princípio da separação de poderes e o princípio da simetria. Discorra, em linhas gerais, a respeito do princípio da separação de poderes, abordando necessariamente o respectivo conceito e as características.

Área livre

QUESTÃO DISCURSIVA – 1.2

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Decorrente de normas constitucionais, com ênfase nos princípios da administração pública, os ajustes desta com terceiros devem observar os requisitos previstos na legislação vigente. E, para os advogados que nela atuam, a necessidade de domínio da matéria é imperativa, visto que, nas respectivas funções de consultoria e de assessoramento jurídicos daquela, exercem importante papel. Nesse cenário, considere as duas situações hipotéticas a seguir.

- 1) A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás visa, mediante ajuste próprio, a adquirir determinados bens ou serviços nas hipóteses em que a multiplicidade de fornecedores simultâneos melhor atenda ao interesse público.
- 2) A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás pretende viabilizar aperfeiçoamento acadêmico-profissional aos servidores daquela casa com entidade regida pelo direito público da administração pública daquele estado, mediante ajuste próprio.

A propósito dessas situações hipotéticas, considerando que você, como procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, é consultado a respeito, responda:

Acerca da situação hipotética nº 1

- a) Por meio de qual procedimento específico, previsto em lei do estado de Goiás, deve ser conduzido o referido ajuste?
- b) Aponte, com base na Lei nº 8.666/1993, as previsões a respeito.
- c) Descreva as características de tal procedimento, bem como as diferenças entre as demais espécies em que esse gênero de ajuste se insere.
- d) Indique as exigências, previstas legalmente no âmbito do estado de Goiás, para a realização de tal procedimento.

Quanto à situação hipotética nº 2

- a) Qual é o instituto jurídico aplicável, considerando-se as disposições previstas na Lei nº 8.666/1993?
- b) Que lei, no âmbito do estado de Goiás, disciplina tal instituto?
- c) Indique as exigências, previstas legalmente no âmbito do estado de Goiás, para a celebração de tal instituto.
- d) Há diferença(s) de natureza jurídica entre os ajustes celebrados nas situações hipotéticas de nº 1 e nº 2? Em caso afirmativo, arrole-a(s).

Área livre

QUESTÃO DISCURSIVA – 1.3

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Após ciência da prática de irregularidade funcional por ato de servidor público da Câmara Legislativa do Estado de Goiás, a autoridade competente publicou ato administrativo que constituiu a comissão processante sem, no entanto, descrever, de forma detalhada, as irregularidades investigadas. Após o trâmite regular do inquérito administrativo, a comissão processante do respectivo processo administrativo disciplinar (PAD) apresentou à autoridade competente o relatório final, que recomendou a aplicação da pena de suspensão de 120 dias, sem intimar previamente o servidor. Ato contínuo, a autoridade competente aplicou a pena sugerida pela comissão.

Acerca da situação hipotética apresentada, de acordo com a doutrina especializada e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), redija um texto dissertativo e (ou) descritivo, de forma fundamentada, abordando o seguinte conteúdo:

- a) Necessidade de descrição pormenorizada das irregularidades investigadas no ato de instauração do PAD;
- b) Necessidade de intimação do servidor após a apresentação do relatório final pela comissão processante; e
- c) Possibilidade de o Poder Judiciário atuar no controle jurisdicional do ato punitivo.

Área livre

Leia, com atenção, as informações a seguir.

O governador do estado envia um projeto de lei à Assembleia Legislativa, tratando das seguintes matérias: concessão de aumento de 30% para os servidores efetivos do Poder Executivo; obrigação aos médicos públicos e particulares do estado a notificarem a Secretaria de Saúde acerca dos casos de câncer de pele; e imposição da prestação de serviço de segurança dos veículos a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento.

Na condição de procurador da Assembleia Legislativa, elabore parecer jurídico embasado sobretudo na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que servirá de fundamento ao relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, abordando, de forma argumentativa e justificada, necessariamente as questões a seguir.

- a) Os objetos constantes do projeto de lei são formal e materialmente constitucionais? Conceitue inconstitucionalidade formal e material.
- b) Os temas referidos podem constar de um só projeto de lei?
- c) O deputado estadual tem competência para apresentar projetos de lei com tais conteúdos?
- d) Se um deputado estadual propõe um projeto de lei de iniciativa privativa do governador, a posterior sanção a esse projeto mostra-se o bastante para sanar esse vício de inconstitucionalidade formal?
- e) Pode haver emenda parlamentar, durante a tramitação do projeto de lei, passando o aumento dos servidores para 40%?
- f) Pode um projeto de lei que trata exclusivamente a respeito da concessão de aumento de 30% para os servidores efetivos do Poder Executivo ser emendado pelo deputado para inserir matéria que trata acerca da imposição da prestação de serviço de segurança dos veículos a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento?
- g) Qual é o quórum para aprovação das matérias referidas? Qual é o número mínimo necessário de parlamentares presentes para ocorrer a votação?
- h) Pode o projeto ser aprovado como lei complementar? Qual é a orientação jurisprudencial dominante do STF nesse caso?
- i) Se o projeto de lei que obriga os médicos a notificarem a Secretaria de Saúde quanto aos casos de câncer de pele for rejeitado pelo Poder Legislativo, poderá novamente ser apresentado pelo deputado para regular tramitação?
- j) Se um projeto de lei for parcialmente vetado pelo chefe do Poder Executivo, quais os procedimentos posteriores?

Área livre

RASCUNHO 1.1

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

RASCUNHO 1.2

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

RASCUNHO 1.3

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

PROVA APLICADA

RASCUNHO PEÇA JURÍDICA 1

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	

40	
45	
50	
55	
60	
65	
70	

PROVA APLICADA

75	
80	
85	
90	
95	
100	
105	

PROVA APLICADA

110	
115	
120	
125	
130	
135	
140	

PROVA APLICADA

145	
150	
155	
160	
165	
170	
175	

PROVA APLICADA

180	
185	
190	
195	
200	
205	
210	

PROVA APLICADA

215	
220	
225	
230	
235	
240	
245	
250	

PROVA APLICADA